

A evacuação de mortos em uma defesa de área do batalhão de infantaria como um fluxo de suprimento independente

*Gutemberg Pires de Almeida **

Introdução

O exército de qualquer país do mundo, independentemente de suas capacidades, investimentos ou objetivos, busca valorizar e preservar um dos principais ativos que possui, sem o qual, mesmo com os maiores aportes de recursos e os melhores equipamentos, não funcionaria e não teria a mínima capacidade de combater. Trata-se dos recursos humanos – ou o militar, no sentido mais amplo da palavra.

O Exército Brasileiro (EB) reconhece o valor do seu soldado, que o define como uma instituição tradicional e verdadeiramente integrado à nação brasileira. Observa-se o posicionamento da instituição e o respeito despendido ao soldado no *Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 – O Exército Brasileiro*.

O Exército respeita a dignidade humana e considera seus recursos humanos e famílias bens de valor inestimável, tendo como objetivo de elevada prioridade o seu desenvolvimento profissional, bem-estar social e a valorização da profissão militar (Brasil, 2014, p. 3-10).

Dessa forma, alinhada com o pensamento institucional do EB, a Doutrina Militar Terrestre (DMT) busca atender ao máximo essas premissas básicas, sempre tendo em mente que a profissão militar é, por natureza, uma atividade de risco, atuando em cenários de grave crise e de incertezas, estando sujeita às diversas consequências inerentes a essa condição.

Este trabalho busca explorar um desses aspectos da valorização da dignidade da pessoa humana em um dos momentos mais críticos para o ser humano, especialmente para os familiares do envolvido: a morte.

No que diz respeito à dignidade da pessoa humana, é primordial destacar que tal aspecto é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: [...]

III... a dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988).

* Cap Inf (AMAN/2014, EsAO/2023). Realizou o Curso Básico Paraquedista (CI Pqdt GPB, 2013) e o Curso de Operações na Selva Categoria “B (CIGS, Manaus/AM, 2017). Foi instrutor da AMAN no biênio 2019/2020. Atualmente, serve no 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), em Manaus/AM.

Na DMT, os recursos humanos estão relacionados com a Logística Militar, como se pode observar no *Manual de Campanha EB70-MC-10.317 – Batalhão Logístico* (Brasil, 2022), que estabelece que as atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza são definidas como *funções logísticas*, sendo divididas em: suprimento, manutenção, transporte, engenharia, recursos humanos, saúde e salvamento.

Para melhor compreender a função logística *recursos humanos*, esta abrange “[...] o levantamento das necessidades; procura e admissão; preparação; administração; e manutenção do moral e do bem-estar” (Brasil, 2018, p. 3-24).

Uma das tarefas afetas à manutenção do moral e do bem-estar é a execução dos assuntos mortuários, a qual é abordada no *Manual de Campanha EB70-MC-10.238 – Logística Militar Terrestre*.

[...] é a tarefa que trata do processamento e do destino adequado dos restos mortais de militares e, eventualmente, de civis no TO/A Op. Visa à manutenção do bom estado sanitário da tropa, à preservação do moral militar e da população civil e à obediência às leis de guerra. Compreende as ações de busca, coleta e **evacuação dos restos mortais**; de identificação e inumação provisória dos cadáveres; coleta e processamento de pertences pessoais (espólios); estabelecimento e gerenciamento de cemitérios militares; e elaboração de registros e relatórios referentes às ações supracitadas (Brasil, 2018, p. 3-29, grifo nosso).

A evacuação dos mortos em uma defesa de área

A doutrina militar vigente preconiza que um batalhão de infantaria (BI), durante uma operação de defesa de área, tem possibilidade de organizar sua logística orgânica em dois ou três dispositivos diferentes, sendo isso determinado pelos diversos fatores da decisão e considerando apenas uma subunidade de fuzileiros e sua companhia de comando e apoio. Além disso, o escalão enquadrante também possui sua capacidade logística orgânica de modo a apoiar as organizações militares subordinadas e vinculadas em combate.

Durante a defesa de área realizada por um BI, estão desdobradas no terreno as instalações logísticas orgânicas dessa tropa: área de trens de subunidade, área de trens de combate e área de trens de estacionamento (podendo estas últimas estar concentradas em área de trens única). Nessa operação, a atividade de evacuação dos mortos é realizada na mesma viatura que realiza o *ressuprimento* de munição, conforme prevê o *Manual de Campanha C 7-20 – Batalhões de Infantaria* (Brasil, 2007).

De maneira geral, o apoio logístico orgânico de um BI é proporcionado pela companhia de comando e apoio, conforme consta no *Manual de Campanha C 7-15 – Companhia de Comando e Apoio*.

Prestar imediato, contínuo e aproximado apoio às operações a serem realizadas pela U Inf, nas atividades de comando, inteligência, segurança, comunicações, suprimento, transporte, manutenção, saúde e pessoal (Brasil, 2002, p. 1-1).

A questão a ser analisada é justamente a viabilidade de se determinar este meio especial (a viatura de *ressuprimento* de munição) como o prioritário para se realizar a evacuação dos mortos, expondo vantagens e desvantagens de tal procedimento.

Os mortos são evacuados para o P Col M/Btl, em princípio, pelas viaturas de suprimento classe V. Em nenhuma hipótese, os mortos devem ser evacuados em ambulâncias ou viaturas que fazem o suprimento de Cl I (Brasil, 2018, p. 10).

Nesse escopo, a doutrina do EB, quanto à evacuação dos mortos no âmbito de um BI, define que ela será feita por ocasião do fluxo de suprimento classe V ou, quando a situação exigir, por meios especiais com essa finalidade.

Para entender o processo previsto no *Manual de Campanha C 7-20 – Batalhões de Infantaria*, destacam-se alguns de seus trechos:

No escalão unidade, um soldado morto deve ser identificado imediatamente por seu Cmt de grupo, adjunto de pelotão ou ainda pelo Cmt Pel. Tal identificação é sumária e consta do nome do soldado, função e identidade (constantes da placa de identificação). A seguir, o cadáver é evacuado, por seus companheiros ou por elementos da reserva, para um local próximo ao P Remn SU.

Esse local deve estar oculto das vistas daqueles que transitam na área do P Remn. Se o pelotão não pode identificar o morto, o comando da SU deve providenciar sua identificação (Brasil, 2007, p. 10-45).

Após essa etapa, segue-se a evacuação dos mortos vinculada ao fluxo de suprimento classe V:

O P Col M/Btl se situa nas proximidades do P Remn A ou P Remn do batalhão, em local oculto das vistas dos elementos que transitam na área. Esse local é operado por elementos do grupo do S1. **Esses elementos registram os mortos em sua documentação e são encarregados, auxiliados por elementos do Gp Sup Cl V, de embalar os corpos ou prepará-los para a evacuação para o P Col M/Bda.** Após registrados, os mortos são evacuados na primeira viatura de munição que retornar para a retaguarda após fazer o remuniamento (Brasil, 2007, p. 10-45, grifo nosso).

Também é imperioso destacar o seguinte aspecto sobre todo esse processo:

A permanência dos mortos no âmbito do batalhão deve ser a mais curta possível. Todos os pertences e objetos que se encontram com o cadáver são evacuados com ele para o P Col M/Bda (Brasil, 2007, p. 10-46).

O *Manual de Ensino EB60-ME-22.402 – Assuntos Mortuários em Campanha* traz, todavia, uma visão da cadeia logística no teatro de operações (TO), no tocante às tarefas relacionadas aos assuntos mortuários, diferente do previsto no *Manual de Campanha C 7-20 – Batalhões de Infantaria*.

A divergência de procedimentos pode ser observada a seguir.

As SU instalam e operam o P Con Mor, que se configura em uma área próxima ao Posto de Remuniamento da subunidade (P Remn SU) para onde serão levados os Mor das áreas de atuação da SU. Os responsáveis pelo Trnp são os companheiros do Mor ou Elm da reserva; as U instalam e operam o seu P Col Mor U nas ATC das U, e realizam o Trnp dos Mor dos P Con Mor das SU até o P Col Mor U, **em princípio, por viaturas destinadas exclusivamente para essa finalidade;** o B Log providencia o Trnp, preferencialmente empregando meio especializado, dos corpos dos P Col Mor U até o P Col Mor Bda na BLB ou no Dst Log, onde os corpos serão conservados pelo

Pel As Mor Avç, até que sejam transportados pelo Gpt Log (Brasil, 2018, grifo nosso).

Ao compararmos a DMT brasileira com a doutrina do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), prevista no *Manual FM 10-64 – Mortuary Affairs Operations* (Assuntos Mortuários – Operações), verifica-se o estabelecimento do suporte de assuntos mortuários em todas as áreas de um TO.

Este suporte prevê a busca, recuperação, identificação provisória, evacuação coordenada, descontaminação de restos mortais e objetos pessoais para as instalações do escalão superior. “TMEP – ponto de evacuação mortuária do teatro” e “MACP – ponto de recolhimento de assuntos mortuários” são estabelecidos em todo o teatro de operações para criar canais de evacuação coordenada. Os restos mortais recuperados por unidades ou por equipes de busca e recuperação são levados ao MACP mais próximo e, a partir deste, é feita a coordenação para posterior evacuação, quer para outro MACP, quer para o TMEP (EUA, 1999, p. 1-3/1-4, tradução nossa).

Outro aspecto interessante do manual norte-americano diz respeito aos materiais utilizados na atividade de em questão, quais sejam:

[...] bolsa, restos humanos; bolsas, objetos pessoais; sacos com fechos de correr (12” por 12”); etiquetas de papel ou plástico; selos, carro (ferrovia); Formulário DD 565 (Declaração de Reconhecimento de Falecido); Formulário DD 567 (Registro de Busca e Recuperação); Formulário DD 1075 (Lista de comboio de restos mortais de falecidos); e Formulário DD 1076 (Registro de Operações Militares de Bens Pessoais do Falecido) – (EUA, 1999, p. F-1, tradução nossa).

De modo a contribuir com a pesquisa, um questionário foi aplicado, em 2023, a um público composto por 80 oficiais que foram instrutores do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). A seleção desse universo deu-se pela afinidade com o estudo e conhecimento dos manuais nacionais, uma vez que esse conhecimento e estudo contínuo são primordiais para aquele que se dedica diuturnamente à formação do futuro oficial de carreira e ao aperfeiçoamento dos capitães da linha bélica do EB.

Fazendo a análise dos resultados obtidos no questionário elaborado para este trabalho, verificou-se que 96% dos oficiais consultados concordam que a independência dos fluxos logísticos relacionados aos assuntos mortuários e ao suprimento classe V seria primordial para o êxito da defesa de área do BI.

Além disso, 98% concordam que a independência tornaria os fluxos logísticos mais eficientes no que tange à prontidão, objetividade e frequência adequada e melhoraria, também, o controle de efetivos, atendimento aos dispositivos legais nacionais e internacionais, bem como a agilidade do ressuprimento classe V às frações em 1º escalão.

A apreciação dos militares que atendiam aos critérios do universo proposto, considerando-os como especialistas no assunto estudado, sustenta que o cumprimento das missões relacionadas com cada fluxo logístico analisado neste trabalho seria mais eficiente se realizado de forma independente.

Por fim, com o objetivo de verificar, na prática, as ações realizadas por cada instalação logística envolvida neste estudo, quais sejam, o posto de remuniamento e o posto de coleta de mortos, foram realizados testes práticos com atividades básicas de cada uma delas, relacionados à capacidade das viaturas e ao tempo médio gasto no embarque e desembarque de materiais.

Os testes mostraram que, considerando-se a quantidade de munição compatível com a necessidade diária das subunidades em 1º escalão na defesa de área, o embarque dos mortos é mais demorado e exige maior cuidado do que o embarque dos cunhetes de munição, vindo a ocupar mais espaço na viatura (por conta de seu volume) e requerer controle mais detalhado, por se tratar de militares que tombaram em combate.

Consequentemente, será preciso rigoroso controle de efetivo e da documentação específica, bem como dos espólios individuais (elaboração de inventário). Além disso, possivelmente, haverá necessidade de uma viatura 5ton para o transporte dos mortos e de seus espólios, ainda que o teste não tenha considerado os possíveis itens relacionados em inventário, os quais, naturalmente, existirão.

Conclusão

Pode-se considerar que a execução exclusiva de cada uma das atribuições dos fluxos de suprimento

analisados neste trabalho seriam mais bem executadas por fatores como:

- prontidão e objetividade das tarefas atinentes aos assuntos mortuários;
- controle de efetivos mais eficiente;
- cumprimento das disposições legais previstas no Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA);
- maior eficiência no ressuprimento classe V;
- melhor coordenação dos trabalhos com o escalão superior;
- maior liberdade de ação de ambas as frações (grupos do S1 e do S4); e
- tratamento mais digno e respeitoso aos mortos em combate.

Ainda que haja a possibilidade de consequências negativas como:

- maior gasto de combustível;
- necessidade de mais uma viatura para atendimento das condições levantadas;
- aumento do movimento de viatura; e
- maior dificuldade de coordenação em virtude da liberdade de ação.

Nenhum dos fatores elencados compromete, contudo, o êxito da operação.

Dessa forma, é possível afirmar que a independência dos fluxos de suprimento relacionados aos assuntos mortuários e ao suprimento classe V influenciaria no êxito da defesa de área do BI com uma evacuação dos mortos na frequência adequada à sua necessidade, não estando vinculada à necessidade de ressuprimento de munição, o que seria vantajoso sob o ponto de vista logístico.

Novos estudos, portanto, devem ser realizados a fim de verificar os impactos dessas modificações sobre a doutrina constante do *Manual de Campanha C 7-20 – Batalhões de Infantaria*. Também será necessário avaliar a adequação do pessoal do grupo da 1ª seção do pelotão de comando da CCAp, designado para desempenhar as atividades do P Col Mor/Btl, bem como a atribuição de viatura exclusiva para essa fração cumprir a referida missão.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Batalhão Logístico – EB70-MC-10.317**. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Batalhões de Infantaria – C 7-20**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **O Exército Brasileiro – EB20-MF-10.101**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Logística Militar Terrestre – EB70-MC-10.238**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Assuntos Mortuários em Campanha – EB60-ME-22.402**. Brasília, DF, 2018.

EUA. Headquarters Department of the Army. **Mortuary Affairs Operations – FM 10-64**. Washington, D.C., EUA: 1999.